

ND


GRUPO ND

PUBLICIDADE LEGAL

PUBLIQUE AQUI

(48) 3212 4127

 (48) 99127 3939

publicidadelegal@ndmais.com.br



Assinado digitalmente por
Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168.
A autenticidade deste documento
pode ser visualizado diretamente no portal
<https://ndmais.com.br/publicacoes-legais>

TALASSA ONCOLOGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 37.184.687/0001-72

Relatório da administração

Comentários dos Diretores

Apresentação das Demonstrações Financeiras e Outras Informações Financeiras. As informações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as quais foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e com a norma internacional IAS 01 - "presentation of financial statements", emitida pelo IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentados, trazem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações. **a) condições financeiras e patrimoniais gerais:** Os diretores da Companhia reaviam regularmente métricas de crescimento, liquidez e endividamento da Companhia e, com base nas informações descritas a seguir, entendem que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para a implementação de seu plano de negócios e para atender suas necessidades de capital de curto, médio e longo prazos. Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total foi de 1,19. À posição de caixa na data em questão totalizava R\$ 563.000, com um índice

de dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido de 1,17. O aumento do índice de dívida líquida em relação ao período de 31 de dezembro de 2021 demonstra alterações em relação a posição de 31 de dezembro de 2021 principalmente pelo aumento de outros passivos. Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento total foi de 0,58. A posição de caixa na data em questão totalizava R\$ 243.000, com um índice de dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido de 0,57. **b) estrutura de capital:** Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados um perfil equilibrado entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades. **c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:** Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral (representado pelo total do ativo menos imobilizado e ativo intangível dividido pelo total do passivo) e de liquidez corrente (representado pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2022 eram 0,18 e 0,38, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2021 eram de 0,01 e 0,06, respectivamente. Acreditamos que o relacionamento da Companhia e de seus controladores com instituições financeiras lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade. **(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes:** Nos dois últimos exercícios sociais as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais e (ii) aumento de produção, aumentando as contas a receber de clientes. Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia. **(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:** A Companhia pretende continuar a financiar suas operações por meio da geração futura de caixa decorrente de suas atividades operacionais e de operações de captação de recursos junto a instituições financeiras. Previamente à contratação de qualquer operação de captação, a Companhia avalia: (i) suas necessidades de caixa e níveis de alavancagem, e seleciona, dentre as opções disponíveis no mercado, as melhores modalidades, considerando, dentre outros, os respectivos custos, prazos, garantias e riscos envolvidos; e (ii) a respectiva adequação aos seus objetivos e planos de negócio. Os diretores da Companhia entendem que as

fontes de recursos que a Companhia tem historicamente utilizado continuarão sendo suficientes para atender suas necessidades futuras de capital para o desenvolvimento de suas operações e cumprimento de seus compromissos financeiros. Não obstante, a Companhia avalia, de tempos em tempos, novas oportunidades de investimentos, podendo financiar tais oportunidades com o caixa decorrente de suas atividades operacionais e/ou de operações de captação de recursos nos mercados financeiro e de capitais. **(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:** A Companhia não possui empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto no período de 31 de dezembro de 2022. **g) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:** Os números e análises a seguir apresentados são oriundos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. **Comentários dos diretores sobre: a) resultados das operações da Companhia: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita:** A receita líquida da Companhia é composta, (i) pela receita bruta, que é proveniente dos serviços de saúde prestados pela Companhia, principalmente para operadoras de planos de assistência à saúde, que, por sua vez, incluem materiais clínicos e hospitalares, medicamentos, taxas de uso e diárias, (ii) deduzida dos (a) cancelamentos e abatimentos, que consistem, basicamente das glosas médicas que a Companhia realiza como resultado da não aprovação, por operadoras de planos de assistência à saúde, de determinados procedimentos médicos, medicamentos e/ou materiais realizados e/ou utilizados pela Companhia; e (b) impostos incidentes sobre a receita bruta, correspondentes ao (a) PIS e ao COFINS, que são contribuições federais e incidem às alíquotas de 0,65% e 3,0%, respectivamente; e (b) ISS, que é imposto municipal e incide a alíquotas que variam entre 2% e 5%, conforme o município em que a Companhia efetivamente presta serviços saúde. **ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:** Nos dois últimos exercícios sociais, os principais fatores que contribuíram para a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia foram (i) crescimento orgânico e (ii) escala. **(i) Crescimento Orgânico:** A estratégia de negócios da Companhia inclui projetos de expansão que que promovam o crescimento orgânico da Companhia. A oncologia clínica é um negócio altamente escalável, sendo que a demanda pode ser rapidamente suprida por meio de desenvolvimento de projetos *Greenfield* e *Brownfield* com o objetivo de expandir a capacidade operacional da Companhia. **(ii) Escala:** Desde a sua fundação, o crescimento orgânico e as aquisições de empresas têm sido os principais pilares de crescimento do Grupo Oncolínicas, grupo controlador da Companhia. Os diretores da companhia entendem que a

estratégia de aquisições permite gerar rápido crescimento ao grupo, com ganhos de escala na parte administrativa e assistencial e sinergias para a redução de custos em um modelo integrado. **Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.** Os negócios da Companhia são desenvolvidos no Brasil e a totalidade das suas receitas estão em reais. Portanto, a Companhia é afetada diretamente pela conjuntura econômica do Brasil, que tem sido historicamente caracterizada por variações significativas em termos de crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio, principalmente flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por tais fatores e pelos efeitos de tais fatores sobre as taxas de desemprego, custos de financiamento, disponibilidade geral de crédito e salários médios no Brasil. Cabe ressaltar que toda estrutura de custos da Companhia não é afetada pela variação do câmbio entre o real e o dólar norte-americano, uma vez que a precificação dos medicamentos utilizados pela Companhia em seus tratamentos é regulado pelo ministério da saúde e não é indexada em moeda estrangeira. No ano de 2022 a projeção de crescimento do PIB brasileiro (publicada pelo IPEA) cresceu 3,1% frente a um crescimento de 4,6% em 2021. Dois anos de crescimento de PIB demonstram uma retomada frente ao ano de 2020 que foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19. Essa retomada da atividade econômica colabora com nossos negócios uma vez que as pessoas tendem a voltar a fazer seus exames periódicos e retomam seus tratamentos recorrentes. **Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras: (a) Introdução ou alienação de segmento operacional:** Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa. **(b) Eventos ou operações não usuais:** Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia. **Política de Reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos:** No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou R\$ -2.827.000 de lucro líquido, por ter prejuízo no resultado não havendo possibilidade de distribuir dividendos aos sócios. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou R\$ -1.111.000 de lucro líquido, não havendo possibilidade de distribuir dividendos aos sócios.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)				
ATIVO	Notas	2022	2021	
			(Não auditado)	
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	563	243	
Contas a receber de clientes	5	5.135	-	
Estoques	6	178	-	
Impostos a recuperar	7	822	-	
Outros ativos	8	4	26	
Total do ativo circulante		6.702	269	
Ativo não circulante				
Imobilizado	9	4.977	3.187	
Intangível	10	56.387	49.991	
Total do ativo não circulante		61.364	53.178	
Total do ativo		68.066	53.447	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)				
	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2020 - (não auditado)	15	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(1.111)
Integralização de capital	15.a	49.991	(15.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - (não auditado)		49.991	(15.000)	(1.111)
Prejuízo do exercício		-	-	(2.827)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		49.991	(15.000)	(3.938)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
1. Contexto operacional O Talassa Oncologia e Participações S.A. ("Talassa" ou "Companhia") foi fundada em 20 de maio de 2020 e está sediada em Florianópolis, SC. A Companhia tem por objetivo a prestação de serviços médicos-ambulatoriais, desenvolvimento e exploração direta de atividades relacionadas a serviços médicos, hospitalares e de assistência à saúde e a prestação de todos e quaisquer serviços e aquisições ou importação de todos e quaisquer equipamentos, máquinas, materiais e insumos necessários ao desenvolvimento das referidas atividades. A Companhia iniciou os atendimentos em fevereiro de 2022. A Talassa é controlada diretamente pela Oncolínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. («Holding»).				
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. Moeda funcional e apresentação: A moeda funcional da Companhia é a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o Real. As informações contábeis são apresentadas em reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas sem centavos. 2.3. Uso de julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas: Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) contabilização da provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa); (ii) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado; e (iii) contabilização de provisões. A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas estimadas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A Companhia reconhece provisão para causas tributárias cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados. A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributário, cíveis e trabalhista são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor. A Companhia revisa suas estimativas e premissas de forma contínua e, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas, se impactar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se impactar tanto o período presente como períodos futuros.				
3. Principais práticas contábeis As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as seguintes principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalentes de caixa: Representado por ativos de caixa, por saldos em contas bancárias e em aplicações financeiras de curto prazo com vencimentos originais de até noventa dias, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com insignificante risco de mudança de valor. b) Contas a receber de clientes: Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise das perdas de crédito esperadas estimadas, usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. c) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: A provisão estimada para créditos estimados de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. d) Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde aos valores os quais a Companhia estima receber em contrapartida pela transação de venda dos estoques. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição. e) Imobilizado: Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, excluindo custos de financiamentos. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:				
	Vida útil (anos)	Taxa de Depreciação % (a.a.)		
Máquinas e equipamentos	10	10%		
Móveis e utensílios	10	10%		
Computadores e periféricos	5	20%		
Benefitórias em imóveis de terceiros	10	10%		

Demonstrações dos Resultados				
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)				
	Notas	2022	2021	
			(Não auditado)	
Receita líquida	16	11.632	-	
Custo dos serviços prestados	17	(7.418)	(27)	
Lucro (prejuízo) bruto		4.214	(27)	
Receitas (Despesas) operacionais				
Despesas administrativas	17	(4.853)	(28)	
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(639)	(55)	
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	18	23	-	
Despesas financeiras	18	(2.211)	(1.056)	
		(2.188)	(1.056)	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.827)	(1.111)	
Imposto de renda e contribuição social		-	-	
Prejuízo do exercício		(2.827)	(1.111)	
Resultado por ação				
Prejuízo básico diluído (centavos por ação - em R\$)	20	(0,06)	(0,02)	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				
Demonstrações dos Resultados Abrangentes				
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)				
	2022	2021		
		(Não auditado)		
Prejuízo do exercício	(2.827)	(1.111)		
Outros resultados abrangentes	-	-		
Total de outros resultado abrangente	(2.827)	(1.111)		
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				
que os benefícios econômicos financeiros fluíram para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação. m) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações contábeis individuais. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. n) Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41. 3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis: Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia no exercício corrente: No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 01 de janeiro de 2022. A sua adoção não teve nenhum impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações contábeis. As implementações ocorridas foram como segue: • Melhorias anuais ao Ciclo IFRS 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhorias anuais: i) IFRS 1 / CPC 37 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. ii) IFRS 9 / CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. iii) IFRS 16 / CPC 06 (R2) - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. • Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual: As alterações atualizam a IFRS 3/CPC 15(R1) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37/CPC 25 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37/CPC 25 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21/CPC 21 - Tributos, o comprador adota a IFRIC 21/CPC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. • Alteração a IAS 16/CPC 27 "Imobilizado – Recursos antes do uso pretendido" – as alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente de venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso. Consequentemente, a Entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado. • Alteração ao IAS 37/CPC 25 - "Contratos Onerosos – Custo do cumprimento do contrato": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia: Até a data de autorização destas demonstrações contábeis, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, que já foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor no exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. • IFRS 17/CPC 50 - Contratos de seguros; • Alterações IFRS 10/CPC 36 (R3) e - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e IAS 28/CPC 18 (R2) sua coligada ou joint venture; • Alterações às IAS 1/CPC 26 (R1) - Classificação de passivos como circulante e não circulante; • Alterações às IAS 1/CPC 26 (R1) e - Divulgação de Políticas Contábeis IFRS Declaração da Prática 2; • Alterações às IAS 8/CPC 23 - Definição de Estimativas Contábeis; e • Alterações às IAS 12/CPC 32 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos resultantes de uma única transação. A administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia em períodos futuros.				

Demonstrações do Fluxo de Caixa				
Metodo indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)				
	Notas	2022	2021	
			(Não auditado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício gerado pelas atividades operacionais:		(2.827)	(1.111)	
Depreciação e amortização		2.468	-	
Provisões para perda esperadas		17	-	
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes		(5.152)	-	
Estoques		(178)	-	
Impostos a recuperar		(822)	-	
Outros ativos		22	(26)	
Fornecedores		1.990	1.282	
Obrigações sociais		281	13	
Obrigações tributárias		(58)	69	
Outros passivos		8.358	16.008	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.099	16.235	
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Adições de ativo imobilizado e intangível		(10.654)	(18.187)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(10.654)	(18.187)	
Fluxo de Caixa de atividades de financiamento com acionistas				
Partes relacionadas		6.875	2.195	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento com acionistas		6.875	2.195	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		320	243	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	243	-	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	563	243	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		320	243	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				
4. Caixa e equivalentes de caixa				
	2022	2021		
Descrição	(não auditado)			
Caixa e bancos	563	243		
Total	563	243		
5. Contas a receber de clientes				
	2022	2021		
Descrição	(não auditado)			
Clientes	4.093	-		
Receitas a faturar	1.059	-		
Total	5.152	-		
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa e glosas	(17)	-		
Total	5.135	-		
As contas a receber de clientes são denominadas em reais e referem-se, a serviços médicos prestados aos convênios. A composição de contas a receber por vencimento é conforme demonstrada a seguir:				
	2022	2021		
Descrição	(não auditado)			
A vencer	3.718	-		
Vencidos	1.375	-		
Até 90 dias	-	-		
De 91 a 180 dias	59	-		
Total	5.152	-		
É prática da Companhia constituir provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa com base na expectativa de recebimento dos clientes, que considera o histórico de perdas de recebimentos e valores glosados apontadas por alguns convênios. A caracterização da glosa ocorre no momento da autorização do convênio para emissão da nota fiscal. Uma vez identificada a glosa, esta é analisada e, caso indevida, é protocolado um recurso junto a operadora de saúde para o recebimento do crédito. O prazo para recebimentos dos recursos varia de acordo com a operadora, mas inicia-se a partir do momento em que o recurso é protocolado. A movimentação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é como segue:				
	2022	2021		
Descrição	(não auditado)			
Saldo inicial	-	-		
Constituição	756	-		
Reversão	(739)	-		
Saldo final	17	-		
A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe do contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.				
6. Estoques				
	2022	2021		
Descrição	(não auditado)			
Medicamentos e materiais médicos	82	-		
Materiais e EPis	96	-		
Total	178	-		
Referem-se, a medicamentos e materiais armazenados e utilizados em procedimentos quimioterápicos. Não há quaisquer provisões para perdas e ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições à plena utilização dos estoques.				
7. Impostos a recuperar				
	2022	2021		
Descrição	(não auditado)			
IRRF/CSLL	192	-		
PIS e Cofins	512	-		
ISSQN	118	-		
Total	822	-		
8. Outros ativos				
	2022	2021		
Descrição	(não auditado)			
Adiantamento a fornecedores	4	26		
Total	4	26		
9. Imobilizado				
A composição do ativo imobilizado da Companhia está demonstrada:				
	2022	2021		
		(Não auditado)		
Descrição	Taxa anual de depreciação	Depreciação acumulada	2022	Líquido (não auditado)
Máquinas e equipamentos	10%	402	(32)	370
Móveis e utensílios	10%	161	(37)	124
Computadores e periféricos	20%	173	(25)	148
Benefitórias em imóveis de terceiros	10%	202	(34)	168
Imobilizado em andamento	-	4.167	-	4.167
Total		5.105	(128)	4.977

LATICÍNIOS SÃO JOÃO S.A.

CNPJ/MF: 78.269.545/0001-95 - NIRE: 42300046833

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 16 de Fevereiro de 2023

1. **Data, Hora e Local:** Aos 16 dias de fevereiro de 2023, às 09:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Seção VIII, do Anexo V da IN DREI 81/2020 ("Instrução DREI 81"), tendo sido permitida a participação e a votação a distância dos membros do Conselho de Administração por meio de sistema de videoconferência disponibilizado pela Laticínios São João S.A. ("Companhia"). Conforme previsto na Instrução DREI 81, a Reunião, para todos os fins legais, é considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 492, Km 3, s/nº, Zona Rural, CEP 89.897-000. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma do artigo 10, parágrafo quarto, do Estatuto Social da Companhia. 3. **Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos por Adriano Roberto Doré e secretariados por Maikel William Grasel. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (a) a 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de notas comerciais escriturais, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada ("Emissão" e "Notas Comerciais Escriturais", respectivamente), as quais representarão Direito Creditório do Agronegócio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, e artigo 2º, inciso I, parágrafo 4º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada, no valor de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), nos termos do respectivo "Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Privada, da Laticínios São João S.A." ("Termo de Emissão") a ser celebrado entre a Companhia e a True Securitizadora S.A. ("Securitizadora" ou "Titular das Notas Comerciais Escriturais"), que, serão vinculados como lastro de emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da série única da 52ª (quingüésima segunda) emissão da Securitizadora ("CRA"), nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme em vigor ("Lei 9.514"), da Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, conforme em vigor ("Lei nº 14.430"), e da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a ser ofertada por meio da celebração do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 52ª (quingüésima segunda) Emissão da True Securitizadora S.A." lastreados por direitos creditórios do agronegócio devidos pela Companhia, a ser celebrado entre a Securitizadora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário dos CRA" e, como um todo, a "Oferta"); (b) aprovação da outorga das Garantias Reais (conforme abaixo definido), pela Companhia, com relação às obrigações assumidas pela Companhia no âmbito das Notas Comerciais Escriturais, da Emissão e da Oferta, incluindo a celebração dos Contratos de Garantia e a outorga das procurações ali previstas; (c) a autorização à diretoria da Companhia para praticar todos os atos e celebrar todos os documentos necessários para a consecução da Oferta, incluindo, mas não se limitando a (c.i) a contratação e remuneração de todos os prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão e da Oferta; (c.ii) a negociação de todos os termos e condições do Termo de Emissão, do Contrato de Distribuição (conforme definido no Termo de Emissão), dos Contratos de Garantia e/ou de qualquer outro instrumento necessário ou recomendável à realização da Emissão e da Oferta (tais como procurações, aditamentos aos referidos instrumentos e demais instrumentos relacionados, inclusive para cancelamento de Notas Comerciais Escriturais que não forem integralizadas na Data de Integralização), podendo, para tanto, assinar os respectivos instrumentos e fixar-lhes os respectivos honorários, conforme o caso; e (iii) a celebração do Termo de Emissão, do Contrato de Distribuição, dos Contratos de Garantia, bem como de todos os demais instrumentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, e eventuais aditamentos, além da prática de todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta; e (d) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou seus procuradores para a consecução dos itens acima. 5. **Deliberações:** Colocadas as matérias constantes da ordem do dia em votação, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas: a. aprovar a 1ª (primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais da Companhia, no valor de até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), bem como a celebração do Termo de Emissão, sendo que as Notas Comerciais Escriturais terão as seguintes características: (i) **Número da Emissão:** A Emissão objeto do Termo de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais Escriturais da Companhia. (ii) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"), observado que o valor total das Notas Comerciais Escriturais a serem emitidas serão definidos após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido). O Valor Total da Emissão poderá ser diminuído, observado a Quantidade Mínima da Emissão (conforme definido abaixo). (iii) **Séries:** A Emissão será realizada em série única. (iv) **Quantidade de Notas Comerciais Escriturais Emitidas:** Serão emitidas até 200.000 (duzentas mil) Notas Comerciais Escriturais, observado que a quantidade de Notas Comerciais Escriturais a serem emitidas será definida após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding, ("Quantidade de Notas Comerciais"). (v) **Quantidade Mínima da Emissão:** após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding, caso a demanda apurada junto aos investidores para a subscrição e integralização dos CRA seja inferior a 200.000 (duzentos mil) CRA, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) por CRA, na data de emissão dos CRA, o Valor Total da Emissão e a Quantidade de Notas Comerciais, respectivamente, serão reduzidos proporcionalmente ao valor total da emissão dos CRA e à quantidade dos CRA efetivamente distribuídos, com o consequente cancelamento das Notas Comerciais Escriturais não integralizadas, a ser formalizado por meio de aditamento ao Termo de Emissão, sem necessidade de aprovação da Securitizadora e demais partes do Termo de Emissão, observada a quantidade mínima de 50.000 (cinquenta mil) Notas Comerciais Escriturais, correspondente a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ("Quantidade Mínima da Emissão"). (vi) **Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento:** Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores (conforme abaixo definido) da Oferta, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para definição, em conjunto com a Companhia, (i) do Valor Total da Emissão; (ii) da quantidade de Notas Comerciais Escriturais objeto da Emissão; e (iii) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais (conforme definido abaixo) ("Procedimento de Bookbuilding"). (vii) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). (viii) **Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Notas Comerciais Escriturais:** As Notas Comerciais Escriturais serão emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais Escriturais será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Notas Comerciais Escriturais. (ix) **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais Escriturais será a data constante do Termo de Emissão ("Data de Emissão"). (x) **Subscrição das Notas Comerciais Escriturais e Vinculação à Emissão de CRA:** As Notas Comerciais Escriturais serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Securitizadora, sem coobrigação, respeitadas as seguintes retenções: (a) Despesas Flat no montante definido no Termo de Emissão; (b) Fundo de Despesas no montante definido no Termo de Emissão; (c) eventual ágio ou deságio na integralização dos CRA, bem como as Condições Precedentes nos termos do Termo de Emissão, e, após a subscrição e integralização, as Notas Comerciais Escriturais e os Direitos Creditórios do Agronegócio delas decorrentes serão vinculados aos CRA, para que formem o lastro dos CRA a serem distribuídos por meio da Oferta dos CRA. Assim, as Notas Comerciais Escriturais da Emissão serão vinculadas aos CRA, nos termos do Termo de Securitização. (xi) **Garantias Reais:** Com o objetivo de assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais, acessórias, presentes e futuras, assumidas, ou que venham a ser assumidas, pela Companhia nos termos das Notas Comerciais Escriturais e dos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Emissão), incluindo, mas não se limitando ao pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais e dos Encargos Moratórios, se houver, quaisquer valores decorrentes de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), de Resgate Antecipado Facultativo Total, Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário ou de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo), bem como a remuneração da Securitizadora, os custos, as comissões e as despesas devidos pela Companhia no âmbito dos Documentos da Operação, de que seja parte, e, ainda, a totalidade das eventuais indenizações, custos, despesas, honorários, e demais encargos comprovadamente incorridos pela Securitizadora, inclusive em decorrência de quaisquer processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e/ou dos Documentos da Operação ("Obrigações Garantidas") de forma irrevogável e irretirável, serão constituídas em favor dos Titulares CRA (a) alienação fiduciária (i) do imóvel objeto da matrícula nº 6.751 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Trindade, Estado de Goiás, de propriedade da Laticínios Oscar Salgado Ltda. ("Oscar Salgado"); (ii) do imóvel objeto da matrícula nº 9.164 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Trindade, Estado de Goiás, de propriedade da Oscar Salgado; (iii) do imóvel objeto da matrícula nº 51.294 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Trindade, Estado de Goiás, de propriedade da Oscar Salgado; (iv) do imóvel objeto da matrícula nº 4.222 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Cruzília, Estado de Minas Gerais, de propriedade da Companhia; (v) do imóvel objeto da matrícula nº 3.558 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Cruzília, Estado de Minas Gerais, de propriedade da Companhia; (vi) do imóvel objeto da matrícula nº 7.827 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, de propriedade da Companhia; e (vii) do imóvel objeto da matrícula nº 8.559 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, de propriedade da Companhia ("Alienação Fiduciária de Imóveis" e "Imóveis", respectivamente), nos termos dos respectivos "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis e Outras Avenças", a serem celebrados entre a Companhia ou a Oscar Salgado, conforme aplicável, na qualidade de alienantes, a Securitizadora, na qualidade de credora, e o Agente Fiduciário dos CRA ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis"); (b) alienação fiduciária de equipamentos de propriedade, respectivamente, da Companhia e da Oscar Salgado, conforme descritos no Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos (conforme abaixo definido) ("Alienação Fiduciária de Equipamentos" e "Equipamentos", respectivamente), nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e a Oscar Salgado, na qualidade de alienantes, a Securitizadora, na qualidade de credora, e o Agente Fiduciário dos CRA ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos"); e (c) cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, oriundos de e/ou relacionados (i) à venda de produtos para seus clientes; e (ii) à Conta Vinculada (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) ("Cessão Fiduciária" e em conjunto com Alienação Fiduciária de Imóveis e Alienação Fiduciária de Equipamentos, as "Garantias Reais"), conforme descrito no "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de cedente, a Securitizadora, na qualidade de credora, e o Agente Fiduciário dos CRA ("Contrato de Cessão Fiduciária" e em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis e Contratos de Alienação Fiduciária de Equipamentos, os "Contratos de Garantia"). (xii) **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto no Termo de Emissão, o vencimento final das Notas Comerciais Escriturais ocorrerá em 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo-se na data a ser definida no Termo de Emissão ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, Resgate Antecipado Facultativo Total ou de Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário (conforme definido abaixo), nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e nos termos do Termo de Emissão. (xiii) **Atualização Monetária das Notas Comerciais Escriturais:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal

Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. (xiv) **Remuneração das Notas Comerciais Escriturais:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de um spread (sobretaxa) ao ano a ser definido no Procedimento de Bookbuilding, e em qualquer caso, limitado a taxa teto de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ("Remuneração das Notas Comerciais Escriturais"). (xv) **Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, de Resgate Antecipado Facultativo Total ou de Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário (conforme definido abaixo) ou de Vencimento Antecipado, nos termos previstos do Termo de Emissão e na legislação aplicável, o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais será amortizado trimestralmente, em 13 (treze) parcelas consecutivas, nas datas indicadas na tabela de amortização constante do Anexo I ao Termo de Emissão. (xvii) **Forma de Subscrição e Integralização das Notas Comerciais Escriturais:** As Notas Comerciais Escriturais serão subscritas e integralizadas à vista pela Securitizadora, em moeda corrente nacional, por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED ou outra forma de transferência eletrônica de recursos financeiros, na conta corrente nº 2206947-1, de titularidade da Companhia, mantida na agência 001 do Banco ABC Brasil S.A., (246) ("Conta de Livre Movimentação"), sendo as Notas Comerciais Escriturais e os Direitos Creditórios do Agronegócio delas decorrentes vinculados aos CRA, para que formem o lastro dos CRA a serem distribuídos por meio da Oferta. Assim, as Notas Comerciais Escriturais da Emissão serão vinculadas aos CRA, nos termos do Termo de Securitização. (xviii) **Preço de Integralização:** O preço de integralização das Notas Comerciais Escriturais corresponderá ao Valor Nominal Unitário, se a integralização ocorrer em uma única data ("Preço de Integralização"). Após a primeira data de integralização dos CRA, o Preço de Integralização corresponderá ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais calculada *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização dos CRA até a efetiva Data de Integralização das Notas Comerciais Escriturais, observada a possibilidade de ágio ou deságio. (xix) **Forma e Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Notas Comerciais Escriturais e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos do Termo de Emissão serão efetuados pela Companhia na Conta Centralizadora relativa ao Patrimônio Separado (conforme indicado no Termo de Emissão). (xx) **Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Notas Comerciais Escriturais, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. (xxi) **Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, ocorrendo impuntualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Titulares de CRA, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). (xxii) **Repactuação Programada:** As Notas Comerciais Escriturais não serão objeto de repactuação programada. (xxiii) **Resgate Antecipado Facultativo:** A Companhia poderá, após 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Emissão (inclusive), na data definida no Termo de Emissão, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade da Securitizadora, desde que a Companhia declare à Securitizadora estar adimplente com suas obrigações nos termos deste Termo de Emissão, realizar o resgate antecipado da totalidade (não sendo permitido o resgate parcial) das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), mediante o pagamento: (i) do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário), acrescido (ii) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total; (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver) ("Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total"); e (iv) de prêmio de resgate conforme previsto nos termos do Termo de Emissão. (xxiv) **Oferta de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade, e não menos do que a totalidade, das Notas Comerciais Escriturais ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será endereçada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA, ao Escriturador e ao Agente de Liquidação, de acordo com os termos e condições previstos no Termo de Emissão. (xxv) **Resgate Antecipado Facultativo por Evento Societário:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado compulsório da totalidade das Notas Comerciais Escriturais na ocorrência de um Evento Societário (conforme definido no Termo de Emissão), nos termos da regulamentação aplicável, observados os procedimentos determinados no Termo de Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo - Evento Societário"), mediante o pagamento: (i) do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário), acrescido (ii) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo - Evento Societário; e (iii) de prêmio de resgate conforme previsto nos termos do Termo de Emissão. (xxvi) **Oferta de Resgate Antecipado - Evento Societário:** A Companhia estará obrigada a realizar uma oferta de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, caso não seja realizada o Resgate Antecipado Facultativo - Evento Societário, mediante ocorrência de um Evento Societário (conforme definido abaixo) da Companhia ("Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Evento Societário"), observados os procedimentos determinados no Termo de Emissão. O valor a ser pago pela Companhia a título de resgate antecipado das Notas Comerciais Escriturais no âmbito da Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Evento Societário deverá corresponder ao (i) Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário), acrescido (ii) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate antecipado das Notas Comerciais Escriturais; e (iii) de prêmio de resgate conforme previsto nos termos do Termo de Emissão. (xxvii) **Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (sendo vedado o resgate parcial), com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais Escriturais, mediante envio de comunicação direta à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data do resgate, realizar o resgate antecipado total das Notas Comerciais Escriturais e, consequentemente, o resgate dos CRA ("Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário"). (xxviii) **Vencimento Antecipado:** Observadas as condições estabelecidas no Termo de Emissão, as Notas Comerciais Escriturais estarão sujeitas às hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático, nos termos previstos no Termo de Emissão. (xxix) **Demais Características:** todas as demais características, condições e regras específicas a respeito da Emissão serão tratadas detalhadamente no Termo de Emissão. b. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivar a outorga das Garantias Reais da Emissão, bem como celebrar quaisquer outros contratos, aditamentos, procurações ou documentos necessários à outorga das Garantias Reais, quais sejam (I) a Alienação Fiduciária de Imóveis, em garantia das Obrigações Garantidas, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis e eventuais aditamentos; (ii) a Alienação Fiduciária de Equipamentos, em garantia das Obrigações Garantidas, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e eventuais aditamentos; e (iii) a Cessão Fiduciária, em garantia das Obrigações Garantidas, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e eventuais aditamentos; c. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para praticar todos os atos e celebrar todos os documentos necessários para a consecução da Oferta, efetivar as deliberações aqui substanciadas, incluindo, mas sem limitação, (c.i) a contratação e remuneração de todos os prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, as instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, na qualidade de instituição intermediária da Oferta ("Coordenadores"), a instituição prestadora dos serviços de banco liquidante dos CRA ("Agente de Liquidação"), a instituição prestadora dos serviços de escrituração das Notas Comerciais Escriturais ("Escriturador"), a instituição prestadora dos serviços de custódia dos documentos da Operação de Securitização ("Custodiante"), o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos titulares dos CRA, os assessores legais, dentre outros; (c.ii) a negociação de todos os termos e condições do Termo de Emissão, do contrato que regerá a contratação dos Coordenadores e a distribuição da Oferta ("Contrato de Distribuição") e/ou de qualquer outro instrumento necessário ou recomendável à realização da Emissão e da Oferta (tais como procurações, aditamentos aos referidos instrumentos e demais instrumentos relacionados, inclusive para cancelamento de Notas Comerciais Escriturais que não forem integralizadas na Data de Integralização), podendo, para tanto, assinar os respectivos instrumentos e fixar-lhes os respectivos honorários, conforme o caso; e (c.iii) a celebração do Termo de Emissão e do Contrato de Distribuição, bem como de todos os demais instrumentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, e eventuais aditamentos, além da prática de todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta. d. Ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia, seus procuradores e seus demais representantes legais no âmbito da Emissão até a presente data para a consecução da Emissão, da Oferta e da outorga das Garantias Reais. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da Ata contendo o sumário dos fatos ocorridos. Após a lavratura da Ata, o Presidente e o Secretário da Reunião declararam expressamente que foram atendidos todos os requisitos para sua realização, especialmente os previstos na Instrução DREI 81. Depois de aprovada, a Ata foi assinada pelo Presidente e o Secretário, que consolidaram, na Lista de membros do Conselho de Administração Presentes constante do Anexo I, os membros do Conselho de Administração que participaram da Assembleia por meio do sistema de videoconferência disponibilizado pela Companhia, nos termos da Instrução DREI 81. Confere com a original lavrada em livro próprio. São João do Oeste, 16 de fevereiro de 2023. Mesa: Adriano Roberto Doré - Presidente; Maikel William Grasel - Secretário. Junta Comercial do Estado de Santa Catarina. Certifico o Registro em 24/02/2023. Data dos Efeitos 24/02/2023. Arquivamento 20231212062. Protocolo 231212062 de 16/02/2023 - NIRE 42300046833. Nome da empresa LATICÍNIOS SÃO JOÃO S/A. Luciano Leite Kowalski - Secretário-geral em exercício.



(48) 3253-0141 / 3355-6231 / 0800-6451015

atendimento@cerpalo.com.br

Rua João de Souza, 355 - Centro - Paulo Lopes-SC - CEP: 88490-000
CNPJ: 85.318.640/0001-05 - IE: 253.736-714

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (A.G.O.).

O Presidente da Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca todos os senhores associados para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária (A.G.O.)**, a realizar-se no dia 17 de março de 2023, nas dependências da **Sede da CERPALO**, sito a Rua João de Souza, 355 – Centro – Paulo Lopes – SC, às 17:00hs, em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às 18:00hs, em segunda convocação com a presença de metade mais 01 (um) de seus associados ou às 19:00hs, em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem a seguinte:

Ordem do dia:

I – Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício de 2022, compreendendo:

- Relatório de Gestão;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das sobras apuradas no exercício do ano de 2022;
- Plano de atividades da sociedade para o exercício do ano de 2023;

II – Destinação das sobras apuradas no exercício do ano de 2022;

III – Fixação de *Pró-labore* do Presidente e Vice-Presidente, bem como a Cédula de presença do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Delegados e seus respectivos suplentes;

IV – Eleição dos seguintes cargos sociais:

- Componentes do Conselho Administrativo, Delegados representantes da FECOERUSC e suplentes para o exercício de 01 de abril de 2023 a 31 de março de 2027;
- Componentes do Conselho Fiscal para o exercício de 01 de abril de 2023 a 31 de março de 2024;

V – Assuntos gerais;

Observações:

I - Para efeito de verificação de “quórum”, a Cooperativa possui 13.715 associados;

II - Os documentos a serem apreciados no item I (primeiro) da ordem do dia, estão disponíveis para consulta dos associados desde a data de publicação deste edital, na Sede Social da CERPALO, mediante agendamento prévio junto ao setor de atendimento da cooperativa com antecedência mínima de 1(um) dia, conforme o art.5, §1, VI do Estatuto Social.

III - Os associados interessados a concorrer aos cargos sociais e seus suplentes, deverão compor a(s) chapa (s) e protocolar junto a Administração da CERPALO, situada a Rua João de Souza, 355, Centro – Paulo Lopes – SC, até às 17:00hs do dia 02/03/2023;

IV - As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na Resolução do CNC e Art. 25 do Estatuto Social, e com expressa concordância de seus componentes; os candidatos aos Conselho Administrativo, Representantes da FECOERUSC e Conselho Fiscal, assim como seus Suplentes, deverão estar em dia com suas obrigações sociais junto a CERPALO, no ato da inscrição, sob pena de nulidade e inviabilidade da chapa de acordo com o Estatuto Social, os mesmos deverão apresentar a documentação a seguir:

- Cópia do Documento de Identificação com Foto, que possua CPF e RG (autenticada em cartório);
- Certidão de antecedentes criminais para fins eleitorais expedido pelo Fórum da Comarca de domicílio do candidato;
- Certidão negativa de cartórios de protesto da Comarca de domicílio do candidato;
- Certidão negativa de débitos fiscais do domicílio do candidato (municipal, estadual, federal);
- Curriculum Vitae;
- Declaração de Bens;
- Requerimento com firma reconhecida para o cargo pretendido;

A análise da documentação será feita pela comissão, em até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento, se estiver em conformidade com o estatuto social e edital, será deferido;

No caso de indeferimento da inscrição, o membro da chapa por ela responsável, ou indicado para receber notificações, ou ainda, na ausência de indicação, qualquer um deles, será notificado para que no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação, supra a (s) falta (s) ou irregularidade (s), sob pena de indeferimento da inscrição;

V - Havendo mais de uma chapa a concorrer às eleições que tratam o item IV da ordem do dia deste edital, a Assembleia Geral Ordinária permanecerá em aberto e se prolongará até o dia 18/03/2023. As eleições terão início às 9:00hs, e encerrarão às 16:00hs, quando será apurado o resultado da votação, no mesmo dia e local de votação.

Tendo como locais de votação:

- Paulo Lopes:** Na sede da CERPALO, sito a Rua João de Souza, 355 – Centro – Paulo Lopes – SC, onde votarão os associados do Município de Paulo Lopes, Garopaba e Imarui;
- Imbituba:** No escritório da CERPALO, sito a Rua Roberto Teixeira de Souza, s/n – Ibiraquera – Imbituba - SC, onde votarão os associados do Município de Imbituba;

VI - Havendo chapa única a concorrer às eleições de que trata o item IV, da ordem do dia, esta será feita por aclamação no mesmo dia, horário e local da realização da Assembleia Geral Ordinária (Sede da CERPALO), em 17/03/2023.

VII – Para exercer seu direito de voto o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto a Cooperativa;

VIII – Débitos em atraso poderão ser quitados até o dia 15/03/2023 nos bancos conveniados e/ou na Papelaria Cor e Alegria no bairro Alto Arroio – Imbituba – SC, e até às 17:00hs do dia 16/03/2023 no escritório da CERPALO em Ibiraquera – Imbituba – SC;

IX – As pessoas jurídicas associadas para exercer o direito a voto deverão apresentar: contrato social para comprovação de ser um dos representantes legais, além de documento pessoal com fotografia;

X – As entidades associadas, para exercer o direito de voto, deverão apresentar-se com a ata de eleição original ou cópia autenticada que elegeu o seu representante legal, sendo este o presidente da entidade;

XI – “A presença dos associados na A.G.O será restrita aos sócios com as obrigações sociais adimplentes (Faturas em dia)”.

Paulo Lopes, 01 de março de 2023.

Moacir Nasário Alves
(Presidente)

@cerpalo

www.cerpalo.com.br

AVISO DE SUSPENSÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

O Município de Chapecó, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, no uso de suas atribuições legal, torna pública a suspensão da abertura da Concorrência nº 025/2023, destinada a Contratação de empresa para a realização de pavimentação asfáltica em diversas ruas do Município, marcada para o dia 01 de março de 2023, às 14h.

Chapecó – SC, 28 de fevereiro de 2023

Valmor Junior Scolari – Secretário de Planejamento e Desenvolvimento

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar os Processos Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nºs. 10/PMF/2023, 11/PMF/2023, 12/PMF/2023, 13/PMF/2023, 14/PMF/2023 e 15/PMF/2023. A alteração se dá exclusivamente nas datas e horários para limite de protocolos e abertura dos processos, visto que na semana corrente o Município não disporá de sistema de gestão para servir de suporte aos trâmites processuais. Os Editais retificados estão disponíveis no sítio eletrônico www.forquilha.sc.gov.br. Feita as retificações acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente. Forquilha/SC, 28 de fevereiro de 2023.

JOSE CLAUDIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

AVISO DE PRORROGAÇÃO

O Município de Joinville, através da Unidade de Processos da Secretaria de Administração e Planejamento, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, está prorrogando a data de abertura das propostas para o dia 17/03/2023 às 08:30 horas do edital de **Pregão Eletrônico nº 042/2023, para Contratação de empresa para prestação de serviço de capacitação para a rede socioassistencial do Município de Joinville**. O Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, UASG 453230. Chave TCE: 620E25594A42B23C05838F6DC371A6B06B5CFDB.

Joinville/SC, 27 de fevereiro de 2023.

Ricardo Mafra – Secretário de Administração e Planejamento.

Silvia Cristina Bello – Diretora Executiva.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville através da Unidade de Processos da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº 093/2023, destinado a contratação de empresa especializada para o serviço de impermeabilização do telhado do Expocentro Edmundo Dobra, com fornecimento e aplicação de manta asfáltica aluminizada, na Data/Horário: 15/03/2023 às 08:30 horas, para abertura das propostas. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, UASG 453230. Chave TCE 24918EDCB47701563DB975F4E89633D4E537EDB0.

Joinville, 28 de fevereiro de 2023.

Ricardo Mafra – Secretário de Administração e Planejamento

Silvia Cristina Bello – Diretora Executiva

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville através da Unidade de Processos da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº 094/2023, destinado a contratação de empresa especializada para o serviço de substituição de calhas metálicas na cobertura do Expocentro Edmundo Dobra, com fornecimento de material e mão de obra, na Data/Horário: 16/03/2023 às 08:30 horas, para abertura das propostas. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, UASG 453230. Chave TCE 6787A9E57B28A67648BDC59E80CCF133B4322190.

Joinville, 28 de fevereiro de 2023.

Ricardo Mafra – Secretário de Administração e Planejamento

Silvia Cristina Bello – Diretora Executiva

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL Registro no TCE: C91BCDA632F8FA415E85DCCDFD63304A5F59961. Processo Adm. Nº. 19/2023, Tomada de Preço Nº 19/2023, Tipo: Menor Preço Global. Objeto: Contratação de empresa, no ramo de engenharia e construção civil, para Contratação de empresa, no ramo de engenharia e construção civil, para execução de Pavimentação com pedras irregulares na Linha Feliciano com 2.050 m2 situada no perímetro rural do município de Planalto Alegre - SC - em razão a Portaria SEF Nº 508/2022 – (02/12/2022), Processo (SGPe) SCC 17523/2022. Entrega e abertura das Propostas: 08:00hs do dia 17 de março de 2023. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 – Centro, Planalto Alegre, SC, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:10 às 17:10 horas, ou pelo fone (49) 3335-0066 e no site: www.planaltoalegre.sc.gov.br. Planalto Alegre, SC, 28 de fevereiro de 2023. SADI DALLACORTE – Prefeito.

Reação Apoio Laboratorial S.A. CNPJ nº 10.432.097/0001-65 Companhia Fechada **Aviso aos Acionistas** Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia localizada na Rua Francisco Tolentino, nº 23, Jardim Eldorado, na cidade de Palhoça / SC, CEP 88.133-360, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.) relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Palhoça/SC, 01 de março de 2023. Celio Rogério Ramos Filho - Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 12/2006, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 3.310/2020, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, bem como, a Lei 8.666/93, que realizará o procedimento licitatório abaixo:

LICITAÇÃO Nº 017/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO – Tipo Menor Preço por LOTE. OBJETO: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de 02 (dois) filtros de água completo de 1.000l/h (mil litros por hora), 02 (dois) filtros de água completo de 5.000l/h (cinco mil litros por hora), 35 (tinta e cinco) refis de água de 500l/h (quinhentos litros por hora) e 02 (dois) filtros centrais completos com refil de 500l/h (quinhentos litros por hora), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data e horário para início da entrega das propostas: 01 de março de 2023 às 08hrs

Data e horário limite para entrega das propostas: 14 de março de 2023 às 08:30hrs.

Início da Sessão de Disputa de Preços: 14 de março de 2023 às 09:00hrs.

O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sito à Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro, no horário das 08:00h às 14:00h ou nos sites: www.saofranciscodosul.sc.gov.br; www.diamunicipal.sc.gov.br/site; São Francisco do Sul, 28 de fevereiro de 2023.

Carlos Roberto Nunes - Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

Celesc Distribuição S.A.

LEILÃO PÚBLICO Nº 002/2023

A Celesc Distribuição S.A., inscrita no CNPJ nº 08.336.783/0001-90, por intermédio do Leiloeiro Oficial **Giovano Ávila Alves / JUCESC registro AARC/237**, devidamente credenciado, torna público que realizará **LEILÃO ON-LINE**, para venda de veículos, tipo **AUTOMÓVEIS, FURGÕES e PICAPES**, a partir das **10h15min** do dia **16 de Março de 2023** pelo site www.soleiloes.com.br. A visitação será do dia 13 até o dia 15/03/2023, na Empresa **Resgate Imediato** situada na Rodovia BR 282, Galpão nº 3, (ao lado do nº 1.952/Centro Distribuição Imperatriz), Jaqueira, **PALHOÇA/SC**, telefone (48) 3017.2993 (WhatsApp), nos termos do Edital de Leilão nº 002/2023, disponível na íntegra no referido site. Demais informações poderão também ser obtidas por e-mail contato@soleiloes.com.br, ou pelo telefone (48) 3364.1838.

Giovano Ávila Alves

Leiloeiro Oficial / Jucesc AARC/237

Credenciado Celesc Distribuição S.A.